



O CRONISTA ENQUANTO INTELECTUAL

Karine Claussen Vannucci

Universidade Federal Fluminense

O campo jornalístico: formação, influências e práticas

A profissão do jornalista e o discurso jornalístico são produtos da emergência de um campo de produção discursiva, especializado e autônomo, surgido no século XIX, o campo jornalístico. É o que afirma Jean Chalaby, que defende o jornalismo como uma invenção anglo-americana deste período¹. Já para Giovandro Ferreira, este campo teria nascido da disputa de dois gêneros de jornais: os chamados sensacionalistas ou populares, marcados pelo *fait divers*, e aqueles considerados sóbrios, recheados de informações políticas e literárias². Os dois autores, entretanto, partilham de opinião segundo a qual o campo jornalístico se constitui ao ganhar autonomia e, sobretudo, ao incorporar padrões e normas profissionais próprias, abandonando recursos estilísticos e elementos de ficção típicos da literatura e introduzindo preceitos como o *lead*, a objetividade e a imparcialidade.

Pierre Bourdieu também vincula a conquista da autonomia à criação de regras profissionais, mas não acredita que estas regras sejam claras no jornalismo. Para ele, a fragilidade delas seria o fator responsável por uma reduzida autonomia do campo jornalístico, o que facilitaria sua invasão por outros campos sociais, com seus interesses e regras específicos. A mídia seria atravessada, sobretudo, por sua heteronomia face aos capitais econômico e político, via verbas publicitárias, subsídios estatais ou concessão de canais, por exemplo, de acordo com as diferenças no processo midiático de cada país³. Na medida em que se torna dominante, o campo jornalístico cada vez mais se deixaria penetrar pela lógica comercial, submetendo outros também a ela. Entre eles, estaria o campo político, que teria funcionamento marcado pela cadência do campo jornalístico - as pesquisas de opinião

¹ Chalaby, Jean K. "Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s". *European Journal of Communication*. London, v.11, n. 3, 1996, pp. 303-326.

² Ferreira, Giovandro Marcus. *Apontamentos sobre as propriedades do campo jornalístico*, pp. 1-2.

³ Ferreira, Jairo. "O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo". *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, volume IV, nº 1, junho de 2002, pp. 83-84.



constituem um termômetro para os sujeitos políticos e os meios de comunicação acreditam ser os detentores da opinião pública, pelo suposto papel de intermediar. Outro campo atingido pela disseminação da lógica que impera no campo jornalístico seria o campo cultural. Antigo crítico voraz da lógica comercial, hoje se pautaria considerando, por exemplo, a lista de best-sellers e os dez discos mais vendidos.

Esta, aliás, é uma das principais críticas feitas por Pierre Bourdieu, em *Sobre a televisão*⁴. Segundo o autor, o jornalismo inverte a lógica de muitos campos da cultura em que o peso do comercial ainda estaria subordinado às regras de autonomia por estes produzidas, como o científico e o artístico, por exemplo. A consequência nefasta seria a pressão exercida pelo campo jornalístico sobre os outros, no sentido de uma lógica de legitimação do discurso pela audiência. Mais do que qualquer outro campo, inclusive o político, o jornalismo depende diretamente da demanda e está sujeito constantemente à sanção do mercado. Para Bourdieu, ele constitui lugar de oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares e o reconhecimento pela maioria — número de leitores, ouvintes, espectadores — e, portanto, pelo lucro. Assim, a lógica do mercado deslocaria o campo jornalístico do sucesso democrático (informar o cidadão) para o sucesso comercial (maior tiragem, jornal mais vendido, maior número de negócios, etc.).

Podemos concluir, então, que ao mesmo tempo em que se constitui como campo autônomo com regras próprias, o jornalismo se deixa marcar pela lógica do mercado. A idéia faz sentido na medida em que adotamos uma perspectiva que dá conta de uma autonomia relativa do campo e que compreendemos que, em parte, estas regras profissionais foram formadas a partir de exigências do próprio campo econômico. Um dos jornalistas que teve participação direta na fixação de gabaritos profissionais, com a criação de manuais de redação no Brasil na década de 50, José Ramos Tinhorão diz que a introdução de modelos discursivos nos jornais obedeceu a uma razão puramente econômica. Os norte-americanos teriam descoberto que “se gastava chumbo e tinta demais com adjetivos, advérbios de modo e tempos compostos dos verbos”⁵. Jean Chalaby afirma que as práticas e estratégias discursivas que permeiam o jornalismo foram inventadas nos Estados Unidos e, em grau menor, na Inglaterra, países onde a imprensa se industrializou mais rapidamente, transformando-se logo

⁴ Bourdieu, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997, pp. 110-112.

num campo autônomo de produção discursiva⁶. Para Muniz Sodré, a notícia moderna teve sua arrancada mercantil na segunda metade do século XIX, coincidindo com a legitimação jurídica e política da esfera pública, donde suas possibilidades de tornar-se produto industrial — embora ela tenha penetrado na cultural norte-americana de tal forma que quase sempre passe despercebido seu caráter mercantil⁷.

A objetividade jornalística e outras normas profissionais

O principal pilar de sustentação do modo de produção jornalístico tornou-se, portanto, o mito da objetividade. Segundo John Soloski⁸, esta norma profissional aparece para os jornalistas americanos como a mais importante. A objetividade, no jornalismo, é uma meta que se traduz em uma série de técnicas de apuração, redação e edição. Dela derivam a pirâmide invertida e o *lead*, além de aspectos mais específicos como a seleção das fontes. Michael Schudson acredita que, até a I Guerra Mundial, os jornalistas não encaravam os fatos enquanto discursos humanos sobre o mundo, mas como aspectos do mundo em si. A partir dos anos 20 e 30, entretanto, eles teriam observado que aquilo que tomavam como fatos não poderiam ser consideradas verdades incondicionais. As respostas ao desconforto desta descoberta teriam sido a institucionalização na imprensa diária de gêneros de reportagens abertamente subjetivas, como as colunas de política, e o encorajamento de uma adesão por parte dos jornalistas a regras e procedimentos considerados capazes de comprovar a veracidade dos discursos sobre os fatos. Neste sentido, a objetividade significaria que qualquer discurso acerca do mundo pode ser considerado verdadeiro desde que submetido e aceito pelas regras estabelecidas por uma comunidade profissional – no caso, a comunidade jornalística.⁹ Nilson Lage reforça a idéia ao afirmar que, na América do início do século XX, descobriu-se que o jornalismo precisava de algo mais do que grandes tiragens e narrativas surpreendentes. Dependia de credibilidade. A partir daí, defende o autor, foram inventadas

⁵ José Ramos Tinhorão, citado por Souto, Sérgio Monteiro. *Imprensa e memória da Copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002, p. 67.

⁶ Chalaby, Jean. *Ob. cit.*, pp. 303-326.

⁷ Sodré, Muniz. *Reinventando a cultura*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996, pp. 131 e 136.

⁸ Soloski, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993, p. 96.

⁹ Schudson, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978, pp. 6-7.



técnicas de apuração, tratamento e apuração dos fatos inspiradas em procedimentos das ciências exatas¹⁰.

De acordo com Gaye Tuchman, no entanto, a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos de sua profissão¹¹. Ao alegarem que simplesmente procuram e relatam fatos de maneira imparcial e equilibrada, os repórteres e as organizações jornalísticas estariam protegidos — como precisam de fontes para expor os acontecimentos, seriam estas as responsáveis pela precisão dos fatos relatados e não eles. Tuchman assegura que, além da verificação dos fatos, quatro procedimentos estratégicos fazem com que o jornalista acredite ter alcançado a objetividade. A primeira destas ações é a apresentação de possibilidades conflituais, ou seja, a disponibilização de duas ou mais versões sobre o assunto ou acontecimento. Outro procedimento é o da indicação de provas auxiliares, que consiste na localização e citação de fatos suplementares que viriam corroborar a afirmação feita pelo jornalista em sua matéria. A terceira ação apontada por Tuchman é o uso das aspas. Os jornalistas estariam, aparentemente, tirando suas próprias opiniões da notícia ao acrescentar citações de opiniões de outras pessoas, entre aspas, a sua matéria. Por fim, Tuchman destaca a estruturação da informação numa seqüência apropriada. Segundo este padrão, também chamado de pirâmide invertida, a informação mais importante é supostamente apresentada no *lead*, o primeiro parágrafo de cada matéria. Os parágrafos subseqüentes relatariam outras informações em ordem decrescente, ou seja, até se chegar aos fatos de menor relevância. O *lead* tem de responder às questões: quem, quando, onde, o quê, como e o porquê.

Ainda outras razões foram encontradas por pesquisadores para justificar a busca da objetividade e a utilização da pirâmide invertida (cujo advento é celebrado como o início da modernização do texto jornalístico). Entre elas está, por exemplo, a versão de que havia pouco tempo e espaço escasso para que os jornais norte-americanos publicassem o material telegráfico recebido do front na Europa, durante a I Guerra. Estas dificuldades teriam levado os veículos de comunicação a começar a ordenar os fatos segundo os critérios de importância. Há ainda mais explicações para o surgimento da pirâmide invertida na forma noticiosa. Uma das hipóteses especula que defeitos técnicos obstruíam as linhas telegráficas, levando

¹⁰ Lage, Nilson. “A bolha ideológica e o destino do jornalismo”, in www.saladeprensa.org/art286.htm



repórteres a relatarem primeiro os dados considerados mais importantes. Há de se destacar também as influências mercadológicas na questão da adoção da objetividade e, conseqüentemente, do modelo da pirâmide invertida pelo jornalismo. Muniz Sodré aponta a racionalização na forma de apresentação do texto noticioso, com o objetivo de transmitir o máximo de informação com um mínimo de custo produtivo e de esforço de consumo por parte do leitor¹². Sob este aspecto, a notícia moderna exige de seus profissionais clareza, concisão e precisão.

Dessa forma, verifica-se uma substituição gradativa do estilo coloquial e folhetinesco pelo estilo marcado por frases curtas e controlado pela hierarquização de fatos proposta pela pirâmide invertida. Michael Schudson¹³ afirma que, na virada para o século XX, a orientação nos jornais ainda era tanto a de contar uma boa história para o público, quanto a de recolher fatos. Os repórteres preocupavam-se em coletar notícias, mas também em fazer literatura. Jean Chalaby defende que esta adaptação aos métodos anglo-americanos teria sido verdadeiramente gradativa em países como a França, por exemplo, que durante muito tempo continuou seguindo suas esferas de origem: a política e literatura¹⁴. Lá, os jornalistas ou tinham a ambição de se tornarem celebridades literárias, ou tinham perdido a ilusão de fazê-lo. Muitos jovens encaravam o jornalismo como uma ocupação provisória, o primeiro passo para uma brilhante carreira literária. O autor explica que, tradicionalmente, as figuras e celebridades literárias francesas, como Émile Zola, Honoré de Balzac, Alexandre Dumas, Victor Hugo, Albert Camus, Antoine de Saint-Exupery e George Simenon, entre outros, sempre estiveram envolvidas no jornalismo. Segundo Chalaby, já em 1888, Zola expressava seu descontentamento, afirmando que o novo jornalismo estaria matando os grandes artigos de discussão e a crítica literária para dar mais importância aos despachos telegráficos e às notícias banais.

No Brasil, o primeiro veículo de comunicação a incorporar os recursos da pirâmide invertida e do *lead* foi o *Diário Carioca*. Em 1950, o jornal lançava um dos primeiros manuais de redação brasileiros. Diretor de redação do *Diário*, Pompeu de Souza foi o autor da

¹¹ Tuchman, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993, p. 74.

¹² Sodré, Muniz. *Ob. cit.*, p. 145.

¹³ Schudson, Michael. *Ob. cit.*, p. 5.

¹⁴ Chalaby, Jean K. *Ob. cit.*, pp. 303-326.

obra que tinha como um de seus alvos o “nariz de cera”. Principal técnica do jornalismo nacional até os anos 50, o “nariz de cera” consistia numa longa introdução, com a intenção de ambientar o leitor e recheada de pretensões literárias. Neste período, os fatos também ainda eram narrados em ordem cronológica e não de importância. Os manuais de redação teriam nascido, primeiro nos Estados Unidos e depois no Brasil, com o objetivo central de adequar a produção jornalística à lógica da produção industrial¹⁵. Seu surgimento constituiria uma das faces de um processo mais geral, que procurou imprimir um novo paradigma ao jornalismo, através do culto à racionalização e à padronização do estilo.

O jornalista e escritor Nelson Rodrigues foi um dos principais críticos deste novo modelo de se fazer jornalismo. Na crônica *Os idiotas da objetividade*¹⁶, publicada em sua série de “Confissões” para o jornal *O Globo*, no final dos anos 60, Nelson reafirma o repúdio – demonstrado durante toda a sua carreira - à objetividade jornalística. Ele refere-se ao surgimento do que chama de “nova imprensa”: “Primeiro foi só o *Diário Carioca*; pouco depois, os outros, por imitação, o acompanharam. Rapidamente os nossos jornais foram atacados de uma doença grave: - a objetividade”. Para Nelson, soava absurdo que os jornais nada concedessem a emoção e ao espanto em casos como o suicídio de Getúlio Vargas ou o assassinato de John Kennedy, por exemplo. “Getúlio deu um tiro no peito. (...) E o que fez o *Diário carioca*? A aragem da tragédia soprou nas suas páginas? Jamais. (...) O *Diário Carioca* não pingou uma lágrima sobre o corpo de Getúlio. Era a monstruosa e alienada objetividade”¹⁷.

Na mesma crônica, escreve dramaticamente:

Sou da imprensa anterior ao *copy-desk*. (...) O sujeito ganhava mal ou simplesmente não ganhava. Para comer, dependia de um vale utópico de cinco ou dez mil réis. Mas tinha a compensação da glória. Quem redigia um atropelamento julgava-se um estilista. E a própria vaidade o remunerava. Cada qual era um pavão enfático. Escrevia na véspera e no dia seguinte via-se impresso, sem o retoque de uma vírgula. (...) Durante várias gerações foi assim e sempre assim. De repente, explodiu o *copy-desk*. Houve um impacto medonho. Qualquer um na redação, seja repórter de setor ou editorialista, tem uma sagrada vaidade estilística. E o *copy-desk* não respeitava ninguém. Se lá aparecesse um Proust, seria reescrito do mesmo jeito. Sim, o *copy-desk* instalou-se como uma figura demoníaca na redação.¹⁸

¹⁵ Souto, Sérgio Monteiro., pp. 66-67.

¹⁶ Rodrigues, Nelson. *A cabra vadia - novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 46-48.

¹⁷ Rodrigues, Nelson. *Ob. cit* pp. 46-48.

¹⁸ Rodrigues, Nelson. *Ob. cit.*, pp. 46-48.



A lógica da concorrência

Mas não são apenas o mito da objetividade jornalística, o *lead* e a pirâmide invertida os sintomas da atuação das leis do mercado sobre o jornalismo. Outra face da lógica do campo de produção jornalístico que denuncia esta influência é a situação de concorrência entre diferentes veículos e entre profissionais no interior de uma mesma redação. Para entendermos este processo, podemos começar por destacar que os jornalistas escrevem para serem lidos por seus colegas. A opinião é defendida por Robert Darnton, que parte de sua vivência como repórter para desmontar a idéia de que os jornalistas têm sempre em mente, ao escreverem seus textos, uma imagem de seu leitor¹⁹. Segundo o autor, os repórteres — também leitores vorazes — têm a eles mesmos como grupo de referência ao fazer suas matérias. Não poucas vezes, os jornalistas escreveriam também para agradar aos editores que controlam os sistemas de recompensas — as designações, os cortes e a distribuição das matérias fazem parte de um sistema de reforço positivo ou negativo. Os editores estimulariam, freqüentemente, o ambiente de competitividade dentro da redação, jogando repórteres uns contra os outros, comparando-os e defendendo que “batalhem mais”. Assim, ninguém pode se sentir seguro em relação a seu *status* no jornal, o qual deve ser conquistado diariamente através da exposição aos colegas.

Entre os produtores-consumidores de notícias que formam o círculo íntimo de um jornalista se incluíam também os repórteres de outros jornais, num grupo de referência profissional mais amplo. Eles estão cientes de que a concorrência examina suas matérias e de que o julgamento de seu trabalho é determinante para seu posicionamento na hierarquia da imprensa local. As matérias firmam o *status* e a reputação profissional pode proporcionar propostas de trabalho. Para Darnton, no entanto, a competitividade entre um grupo de jornalistas de veículos diferentes, debruçados sobre a mesma matéria, é mínima. Giovandro Ferreira discorda, acreditando que a concorrência interna entre os jornalistas é um efeito fortemente marcado pela lógica do campo jornalístico²⁰ e pelas implicações do mercado.

A concorrência assinalada provoca uma certa unificação da informação, já que os meios tendem a buscar suas informações uns nos outros, valorizando o que os concorrentes

¹⁹ Darnton, Robert. “Toda notícia que couber a gente publica”. In *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 70-97.



fazem. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, os “furos jornalísticos” são uma das primeiras exigências impostas à prática jornalística. Eles representam trunfos na conquista da clientela. A força do “furo” está em relegar o concorrente a um plano inferior e colocar em relevo o jornalista que o realizou. Assim, a prática jornalística se desenvolve em duas grandes frentes: acompanhar permanentemente a concorrência e procurar notícias inéditas. Esta última característica conduziria o jornalismo a uma precipitação cotidiana, onde velocidade e atualidade se tornam palavras-chave. Para realizar um “furo”, o repórter deve “pensar rapidamente, lá onde nenhuma pessoa consegue mais pensar”²¹. Logo, ele também não consegue mais pensar tanto e executa suas tarefas a partir das idéias recebidas nas condições de urgência permanente.

Para garantir seu ágil desempenho, os repórteres recorrem a recursos específicos. O primeiro deles é o apelo freqüente à cobertura de centros decisórios como palácios de governo, assembléias de deputados, federações das indústrias, secretarias de governo, entre outros. Um segundo recurso é o constante condicionamento de determinados temas a alguns “especialistas”, solicitados pela quase totalidade dos jornais sempre que o assunto está em pauta. Em geral, as elites dos campos sociais e, conseqüentemente, do campo de poder — sobretudo econômico, político e cultural — são as mais solicitadas para “explicar” ou “esclarecer” os temas em destaque. Pierre Bourdieu assinala a questão ao afirmar que a mídia tem em agenda uma série de pensadores do tipo “*fast-food*”, sempre prontos para comentar este ou aquele acontecimento. De acordo com o autor, estes convidados permanentes formam grupos que estabelecem uma série de ligações e compromissos com os jornalistas²².

Mas quem são estes especialistas? Jean-Paul Sartre afirma que, nas sociedades modernas, os fins são definidos pelas classes dominantes e realizados pelas classes trabalhadoras, porém o estudo dos meios está reservado a um grupo a que ele chama de especialistas do saber prático²³. Este grupo seria formado por técnicos de diversas áreas do conhecimento, como cientistas, engenheiros, médicos e juristas, entre outros. Sartre diz que o especialista, que é potencialmente um intelectual – torna-se um no momento em que sai de seu domínio para questionar a sociedade e os poderes estabelecidos -, apareceu com o

²⁰ Ferreira, Giovandro. *Ob. cit.*, p.13.

²¹ Ferreira, Giovandro. *Ob. cit.*, p. 14.

²² Bourdieu, Pierre. *Sobre Ob. cit.*, p. 38-41.

²³ Sartre, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, pp. 15-18.

desenvolvimento da burguesia para, além de seus trabalhos especializados, criar uma concepção racional do universo que englobe e justifique as ações e reivindicações burguesas. A definição aproxima-se da que é feita por Norberto Bobbio. O autor aponta a existência de um grupo o qual denomina *expertos*²⁴. Os *expertos* forneceriam conhecimentos-meio, ou seja, conhecimentos técnicos que só podem ser oferecidos por pessoas competentes nos diversos campos singulares do saber.

Para Beatriz Sarlo, os especialistas (ou *expertos*) acumulam poder com base em seu domínio de um campo de saberes ou técnicas²⁵. A autora, entretanto, critica o fato de que, ao falar em nome de um conhecimento técnico, estes especialistas jamais se apresentem como portadores de valores gerais que ultrapassem a esfera de sua *expertise*. Tampouco assumem as conseqüências políticas e sociais dos atos que nela foram embasados. Segundo Sarlo, aliás, milhares de especialistas consideram sua prática “não-política”, apesar de atuarem politicamente o tempo todo. Mais do que isso, acreditam que seu saber é uma propriedade isenta de ideologias ou interesses; crêem na própria neutralidade. Apoiados na credibilidade da ciência e da técnica, os especialistas emitem opiniões revestidas da aura da objetividade. Sarlo, no entanto, lembra que há momentos em que os especialistas deparam-se com questões de fundo moral e, ao reivindicarem para si a neutralidade valorativa, chegam desarmados a estas encruzilhadas onde é simplesmente impossível expulsar os valores. Vale lembrar que Nelson Rodrigues, brilhantemente, já dizia: “Não há opinião intranscendente. O simples fato de opinar compromete ao infinito”²⁶.

Assim, a dita reportagem “imparcial” e “objetiva” tende a apresentar um retrato de mundo perfeitamente afinado com a perspectiva dos grupos dominantes na sociedade. Segundo essa lógica, a prática jornalística tende a ser “dura com os fracos” e “afável com os fortes”. A subjetividade pessoal seria apoiada pelo universo no qual ela está mergulhada, ou seja, o *habitus* pessoal seria também uma variante estrutural. O *habitus*, aliás, proporcionaria o estabelecimento de rotinas que levam a notícia a ser procurada quase sempre nos mesmos lugares, criando um círculo vicioso que envolve a relação com as fontes²⁷. Herbert Gans lembra que os repórteres designados para cobrir um problema social novo ou uma nova forma

²⁴ Bobbio, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: UEP, 1997, pp. 72-74.

²⁵ Sarlo, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. 167-168.

²⁶ Rodrigues, Nelson. *Ob. cit.*, pp. 218-219.

²⁷ Moretzsohn, Sylvia. *Jornalismo em tempo real – o fetiche da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000, p. 66.



de estilo de vida começam, freqüentemente, entrando em contato com seus amigos e pedindo-lhes que indiquem outros amigos ou conhecidos que possam servir de fontes²⁸. Nesse processo, os jornalistas estariam, inevitavelmente, selecionando fontes de *status* social equivalente. Em contra-partida, certos temas e categorias sociais se tornam estranhos à lógica da mídia. Ao não permitir a “perda” de tempo, a lógica do campo jornalístico faz o repórter prisioneiro da utilização de estereótipos sempre disponíveis e compreensíveis por um grande número de pessoas.

A crônica e a autoridade jornalística

Pierre Bourdieu defende que os agentes do campo jornalístico tendem a perceber o mundo social como evidente porque seu *habitus* é, essencialmente, produto da interiorização das estruturas deste mundo social. Embora aparentem importância, autonomia e liberdade, eles atuam como “marionetes de uma necessidade que é preciso descrever, de uma estrutura que é preciso tornar manifesta e trazer à luz”²⁹. Mas, ao mesmo tempo em que se admite a auto-referencialidade dos jornalistas, é preciso admitir também que o campo é capaz de, ainda que minimamente, representar outras opiniões e pontos de vista. Mesmo Bourdieu consegue identificar estas tensões e contradições: “O jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, em que se exprimem muito comumente a cólera, o acaso ou o desencorajamento (...)”³⁰.

Situada no contexto das práticas jornalísticas, estaria algo que Barbie Zelizer define como autoridade jornalística - um caso específico de autoridade cultural, através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo³¹. Para Zelizer, a autoridade age como uma fonte de conhecimento codificado que orienta as pessoas acerca de padrões adequados de ação. A autoridade criaria uma comunidade entre pessoas que compartilham noções semelhantes sobre ela. A partir deste conceito, Zelizer defende que uma concepção popular promove os jornalistas à posição de observadores legítimos e confiáveis do mundo real e narradores autorizados dos fatos. Pierre Bourdieu, por

²⁸ Gans, Herbert. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon, 1979, cap.4, p. 116.

²⁹ Bourdieu, Pierre. *Ob. cit.*, p. 54.

³⁰ Bourdieu, Pierre. *Ob. cit.*, p. 52 e 53.



sua vez, acredita que os jornalistas exercem uma forma extremamente rara de dominação: o poder de se exprimir publicamente. “Eles (os jornalistas) podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão do mundo, sua problemática, seu ponto de vista”³², afirma.

Assim, por seu estilo diferenciado e, de certa forma, imune a exigências como objetividade, imparcialidade, urgência ou furo, a crônica se apresenta como espaço privilegiado para a defesa de visões de mundo que fogem ao senso comum e à auto-referencialidade. O cronista pode, como ninguém, observar o mundo e apresentá-lo aos leitores segundo sua interpretação, exercendo não somente a autoridade jornalística, mas também o papel do intelectual conectado com os conflitos de seu tempo. Por isso, a crônica - um dos espaços de opinião preservados na nova imprensa - foi a opção para os brasileiros adeptos do antigo modo de fazer jornalismo. O gênero, que, no século XIX, era tido pelos franceses como a prática discursiva jornalística mais literária - e, portanto mais prestigiosa -, já era dominado pelos escritores, na França e também no Brasil. Após a adoção do padrão anglo-americano, muitos profissionais fixaram-se definitivamente na crônica, entre eles Nelson Rodrigues que, para o jornalista Wilson Figueiredo, nunca se adaptaria às normas instituídas pelo novo modelo de jornalismo:

Seria a morte para ele. Para o Nelson, em primeiro lugar estava a criação. Tudo se resumia à maneira pessoal de dizer as coisas. Ele achava que o texto devia ser pessoal, mas o jornalismo moderno é impessoal. Você lê uma notícia e não sabe quem escreveu. Tem um padrão, um método.³³

O cronista enquanto intelectual

Enquanto Pierre Bourdieu afirma que os jornalistas ardem-se por ser classificados entre os intelectuais, embora se encontrem numa posição de inferioridade estrutural em relação a esta categoria (mesmo podendo dominá-la ocasionalmente)³⁴, propomos, ao contrário, que, apesar de muito freqüentemente não se admitindo como tais, alguns jornalistas

³¹ Zelizer, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992, cap. 1, pp. 1-13

³² Bourdieu, Pierre. *Ob. cit.*, p. 66.

³³ Figueiredo, Wilson. *Depoimentos* in www.nelsonrodrigues.com.br

³⁴ Bourdieu, Pierre. *Ob. cit.*, p. 66.

conseguem espaço no jornalismo diário para exercer magistralmente o papel de intelectuais. Para assegurar esta conclusão, porém, será preciso um pequeno estudo acerca da natureza dos intelectuais e suas funções na sociedade.

Para Antonio Gramsci³⁵, autor da clássica distinção entre intelectuais orgânicos e tradicionais, por exemplo, todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem esta função na sociedade. Segundo o autor, cada grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função. Estes podem ser chamados de orgânicos. Estes “novos intelectuais” devem ser constituídos pela educação técnica e devem participar da vida prática como construtores, organizadores e persuasores permanentes. Enquanto isso, os intelectuais tradicionais caracterizam-se por considerarem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social existente por conta de sua continuidade histórica (a idéia é de que categorias de intelectuais pré-existent não se interrompem nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações sociais e políticas).

Gramsci, que escrevia na Itália da primeira metade do século XX e estava longe de imaginar o modelo de jornalismo que se perpetuaria em todo o mundo, chegou a dizer que os jornalistas acreditavam ser os verdadeiros intelectuais. Isso porque o perfil tradicional e vulgarizado do intelectual era fornecido pelo literato, o filósofo e o artista, tipos que os jornalistas acreditavam encarnar – e que, nesta época, realmente muitas vezes encarnavam. Ao mesmo tempo, o pensador italiano apontou para um modelo de intelectual que se fortaleceria, sobretudo, no final do mesmo século. Segundo Edward Said, em *Representaciones del intelectual*³⁶, Gramsci via os intelectuais orgânicos como homens que se implicam ativamente na sociedade, lutando constantemente para modificar as mentes e ampliar mercados. Este modelo de intelectual que leva a cabo uma série de funções na sociedade corresponderia a uma série de novas profissões. Todos aqueles que, hoje, trabalham em qualquer campo relacionado com a produção ou a distribuição de conhecimento – e aí podemos incluir os jornalistas – seriam intelectuais no sentido de Gramsci.

³⁵ Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 3-8.

³⁶ Said, Edward. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Piados, 1996, p. 24.

Enquanto isso, Jean-Paul Sartre³⁷ define os intelectuais como uma variedade de homens que, após adquirir uma certa notoriedade por trabalhos que dependem da inteligência, saem de seu domínio para criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global do homem. Os especialistas do saber prático teriam sempre apenas duas opções diante de si: aderir à ideologia dominante e renunciar a uma atitude de contestação válida ou questionar a ideologia que o formou, recusando-se a ser agente subalterno da hegemonia e o meio de fins que ignora e que não pode contestar. Ao escolher a segunda opção ele deixa de ser um intelectual potencial para tornar-se um intelectual de fato. O intelectual seria o homem que toma consciência. “Produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. Nesses sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz”³⁸. Assim, o intelectual deveria combater a sua própria classe, a qual, sob a influência da classe dominante, reproduziria nele uma ideologia burguesa, pensamentos e sentimentos pequeno-burgueses.

Enquanto isso, Norberto Bobbio define como intelectual “alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas idéias”³⁹. O autor também faz a importante distinção entre ideólogos e expertos. Ao contrário dos expertos, que fornecem conhecimentos-meio, como já definimos, os ideólogos seriam aqueles que apresentam princípios-guia (valores, ideais, concepções do mundo). Segundo Bobbio, ideólogos e expertos, diferentes em essência, devem obedecer a éticas também diversas. Enquanto os primeiros teriam a missão de serem fiéis a certos princípios, seguindo a ética da convicção, os segundos precisariam propor meios adequados ao fim e, portanto, teriam de levar em consideração as conseqüências que deles podem derivar, obedecendo à ética da responsabilidade. O autor, que acredita ser tarefa do intelectual agitar idéias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais, indica que postura acredita ser digna de um intelectual:

Se eu tivesse de designar um modelo ideal de conduta, diria que a conduta do intelectual deveria ser caracterizada por uma forte vontade de participar das lutas políticas e sociais do seu tempo que não o deixe alienar-se tanto a ponto de não sentir mais

³⁷ Sartre, Jean-Paul. *Ob. cit.*, pp. 15-31.

³⁸ Sartre, Jean-Paul. *Ob. cit.*, p. 31.

³⁹ Bobbio, Norberto. *Ob. cit.*, p. 72.

aquilo que Hegel chamava de ‘o elevado rumor da história do mundo’, mas, ao mesmo, tempo, por aquela distância crítica que o impeça de se identificar completamente com uma parte até ficar ligado por inteiro a uma palavra de ordem.⁴⁰

Por fim, lembramos Edward Said, para quem o intelectual é um sujeito dotado da faculdade de representar, encarnar e articular uma mensagem, uma visão, uma atitude, filosofia ou opinião para e em favor do público⁴¹. O intelectual pode exercer esta vocação para a arte de representar falando, escrevendo, ensinando ou até mesmo através da televisão. Este perfil de intelectual defendido por Said encaixa-se perfeitamente à figura do cronista, que, através da palavra escrita, representa mensagens, opiniões, atitudes e visões de mundo. Mais do que isso, este gênero de jornalista pode preservar seu espaço para engajar-se nos conflitos e lutas políticas e sociais de seu tempo (como querem Sartre e Bobbio), agregando-se sinceramente ao lado daqueles que melhor realizam os princípios em que acredita, embora tentando manter, ao mesmo tempo, uma distância crítica para que não fique inteiramente ligado a uma palavra de ordem.

Interessante e necessário não se pensar apenas numa imprensa que atua como agente mantenedor de uma caminhada sem mudanças ou desafios, mas também num jornalismo que se constitui em espaço de “atividades pluralistas e democráticas, que favorecem o debate, a controvérsia e a mudança social em geral”, conforme propõe Otávio Ianni⁴². Embora a censura interna e velada do modo de fazer jornalismo moderno pasteurize notícias e filtre opiniões e pontos de vista divergentes dos interesses dominantes, o potencial inovador e pluralista da mídia não pode ser negado e, muito menos, negligenciado. Há frestas e é delas que brilhantes jornalistas aproveitam-se para exercer a autoridade cultural e jornalística, oferecendo outras visões do mundo e não produzindo consenso. A estes jornalistas, longe de puro técnicos ou especialistas, podemos chamar de intelectuais conectados aos conflitos e lutas de seu tempo, capazes de representar mensagens e opiniões em benefício da sociedade.

Está claro que a crônica, por fugir às regras do jornalismo moderno, como dito anteriormente, representa um espaço privilegiado de expressão dos intelectuais na imprensa diária. Não é de se espantar, portanto, que grandes personalidades tenham passado pelas

⁴⁰ Bobbio, Norberto. *Ob. cit.*

⁴¹ Said, Edward. *Ob. cit.*, pp. 29-30.

⁴² Ianni, Octavio. *Enigmas da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



redações de jornais e neles produzido textos que, como disse Ruy Castro a respeito de Nelson Rodrigues, não foram escritos para “ferrar a gaiola do papagaio”⁴³, mas para perdurar ao longo dos anos. E é ocupando estes e outros espaços na mídia que os intelectuais podem apresentar opções e novas perspectivas para o mundo. Marco Aurélio Nogueira afirma, inteligentemente, que vivemos uma época dominada pelas ciências e pela técnica, mas que, apesar disso, não necessitamos tanto de especialistas quanto de intelectuais capazes de construir e organizar, persuadir sem cessar, fixar parâmetros de sentido para toda uma coletividade. E é com ele que deixamos a “porta aberta para um futuro que se anuncia na contramão do sistema”⁴⁴.

⁴³ Castro, Ruy. “Seus textos não eram escritos para ferrar a gaiola do papagaio”. *Revista de Comunicação*, ano 10, nº 36, maio de 1994.

⁴⁴ Nogueira, Marco Aurélio. “Inventores do futuro: os intelectuais, a política e a vida”. *Revista Z*, programa Avançado de Cultura Contemporânea, UFRJ, nº 3, 2000.



BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos e dissertações:

- Bobbio, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.
- Bourdieu, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.
- Castro, Ruy. “Seus textos não eram escritos para forrar a gaiola do papagaio”. *Revista de Comunicação*, ano 10, nº 36, maio de 1994.
- Chalaby, Jean K. “Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s”. *European Journal of Communication*. London: volume 11, nº 3, 1996.
- Darnton, Robert. “Toda notícia que couber a gente publica”. In *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Ferreira, Giovandro Marcus. *Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico*.
- Ferreira, Jairo. “O jornalismo como campo: do homogêneo ao heterogêneo”. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, volume IV, nº 1, junho de 2002.
- Gans, Herbert. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. New York: Pantheon, 1979.
- Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- Ianni, Octavio. *Enigmas da modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Moretzsohn, Sylvia. *Jornalismo em tempo real – o fetiche da realidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- Nogueira, Marco Aurélio. “Inventores do futuro: os intelectuais, a política e a vida”. *Revista Z*, programa Avançado de Cultura Contemporânea, UFRJ, nº 3, 2000.
- Rodrigues, Nelson. *A cabra vadia - novas confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Said, Edward. *Representaciones del intelectual*. Barcelona: Piados, 1996.
- Sartre, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.



Schudson, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

Sodré, Muniz. *Reiventando a cultura*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

Souto, Sérgio Monteiro. *Imprensa e memória da Copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.

Soloski, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

Tuchman, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993.

Zelizer, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago & London: University of Chicago Press, 1992.

Internet:

Figueiredo, Wilson. Entrevista concedida ao site www.nelsonrodrigues.com.br

Lage, Nilson. “A bolha ideológica e o destino do jornalismo”, in www.saladeprensa.org/art286.htm